

**ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

**CONTRATO Nº: ..../202...**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: ...../2026**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº ..../202....**

**VIGÊNCIA: .....**

**VALOR: R\$ .....**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de....., a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, com sede na cidade de Olímpia/SP, na Praça Rui Barbosa, nº 54, Patrimônio de São João Batista, CEP: 15400-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.596.151/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de ..... de ..... de ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº ...../202...**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1.O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR) NECESSÁRIAS A REALIZAÇÃO DO 62º FESTIVAL DO FOLCLORE DE OLÍMPIA/SP.**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO             | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------------------|-------------------|--------|----------------|-------------|
| 1    | ALMOÇO        | 2.25.03.00<br>88-1 | Unidades          | 12.000 |                |             |
| 2    | JANTAR        | 2.25.03.00<br>89-0 | Unidades          | 12.000 |                |             |

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados do(a) a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3.O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

#### **3.1.Regime de Execução:**

3.1.1.O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

#### **3.2.Condições de execução**

3.2.1.A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2.2.O salão onde será servido o almoço e o jantar é de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore, bem como os jogos de mesa e cadeira, além de pessoal para limpeza do salão e das mesas.

3.2.3.A empresa vencedora deverá entre os dias 06 a 09 de Julho realizar uma Vistoria Inicial nas dependências da(s) cozinha(s) e quadra/refeitório e dentro de um prazo de 5 dias corridos apresentar para a Fiscal/Secretaria um croqui/layout/projeto da Cozinha devidamente Montada/Equipada.

3.2.4.A partir do dia 20 de Julho deve ser iniciada a Montagem da Estrutura da Cozinha com Equipamentos e Utensílios, sendo a sua conclusão até o dia 27 de Julho.

3.2.5.As refeições serão servidas durante a realização do 62º FESTIVAL DO FOLCLORE DE OLÍMPIA no período de 01 a 09 de agosto de 2026.

3.2.6.A Empresa Vencedora deverá entregar as refeições de acordo com escala de quantitativos e Cardápio pré estabelecido por dia e horário a serem programados pela Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore.

3.2.7.Para garantir a padronização, a proteína (carne) será entregue em porções individuais de 120 gramas, cuidadosamente pesadas após o preparo (cozimento).

3.2.8.A entrega ocorrerá no prato ou bandeja de cada pessoa, mediante a apresentação do ticket. A pesagem deve ser conferida no ato da retirada. É fundamental que a proteína seja o primeiro item a ser servido antes de prosseguir com o restante do cardápio.

3.2.9.Sobre a pesagem da Proteína, é de responsabilidade da Contratada, disponibilizar no mínimo de duas balanças (com selo inmetro) para conferência das 120 gramas determinadas. Existindo dúvidas, a Secretaria também poderá disponibilizar de uma balança para conferência.

3.2.10.O cardápio das refeições de Almoço e Jantar será na modalidade "à vontade", não havendo restrições quanto à quantidade ou ao número de vezes que a pessoa poderá se servir, exceto a proteína.

3.2.11.O contratado seguirá o Cardápio estabelecido pela Secretaria, garantindo assim a variedade de ingredientes e formas de preparo.

3.2.12.CARDÁPIO: (poderá sofrer alterações mediante aceite da Comissão):

3.2.12.1.Dia 01/08 Sábado:



**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

3.2.12.2.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Carne Bovina de Panela em Cubos com Batata e Cenoura, Salada de Tomate, Cenoura Ralada, Alface, Rúcula e Pepino, Vagem Refogada na Manteiga, Macarrão Espaguete Alho e Óleo. Ovo Frito. Como opção de Fruta a Laranja.

3.2.12.3.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Filé de Frango Grelhado Acebolado, Salada de Tomate, Beterraba Ralada, Alface, Rúcula e Manga, Cenoura Refogada na Manteiga, Macarrão Penne ao Molho Rosé, Sopa de Mandioca em Pedacinhos. Ovo Frito. Como opção de Fruta a Banana.

3.2.13.Dia 02/08 Domingo:

3.2.13.1.ALMOÇO: Arroz, Feijoada Completa (prato típico), Farofa, Pimenta, Salada de Tomate, Acelga, Rúcula e Laranja em Rodelas, Couve Refogada, Macarrão Espaguete ao Molho Branco. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Maçã Vermelha.

3.2.13.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Isca de Frango Empanada, Salada de Macarrão Parafuso (com Ervilha Fresca e Milho), Tomate e Alface, Lasanha de Queijo e Molho Branco. Caldo de Feijão. Omelete Simples na Chapa. Como Opção de Fruta a Manga.

3.2.14.Dia 03/08 Segunda Feira:

3.2.14.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Bisteca Suína na Chapa, Salada de Tomate, Alface, Cenoura e Pepino, Mandioca Cozida na Manteiga, Macarrão Espaguete ao Molho Vermelho. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Banana.

3.2.14.2.JANTAR: Arroz, Feijão Preto, Farofa, Pimenta, Carne Moída Refogada, Salada de Maionese de Legumes, Batata Frita a palito. Sopa de Fubá com Couve. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Maçã Vermelha.

3.2.15.Dia 04/08 Terça Feira:

3.2.15.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa com Couve, Pimenta, Sobrecoxa Assada, Salada de Tomate, Alface, Chuchu Cozido e Cebola, Batata Rústica Frita, Macarrão Parafuso com Calabresa, Alho e óleo. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Tangerina.

3.2.15.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Costela Bovina com Mandioca, Salada de Tomate, Alface e Couve, Cenoura Refogada, Macarrão Penne com Queijo de Forno. Sopa de Legumes. Ovo Mexido. Como Opção de Fruta a Banana.

3.2.16.Dia 05/08 Quarta Feira:

3.2.16.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Linguiça Toscana Assada, Salada de Batata com Pepino e Tomate, Berinjela Empanada Frita, Macarrão Espaguete Alho e óleo. Ovo Frito. Como Opção de Fruta Banana.

3.2.16.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Tirinha de Frango na Chapa com Cebola e Ervilha, Salada de Tomate, Alface, Rúcula, Cebola e Manga, Abobrinha Refogada, Macarrão Penne de Forno com Molho Branco, Sopa de Abóbora Cobotiá. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Uvas.

3.2.17.Dia 06/08 Quinta Feira:

3.2.17.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Bife Bovino Acebolado na Chapa, Salada de Ovo Cozido, Alface e Tomate, Pimentão Colorido Refogado, Macarrão Parafuso com Molho Vermelho, Omelete de Forno com Legumes. Como Opção de Fruta a Manga.

3.2.17.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Sobrecoxa em Molho, Salada de Tomate, Alface, Rúcula, Cebola, Cenoura, Creme de Milho, Macarrão Penne Alho e óleo. Ovo Frito. Sopa de Fubá com Bacon e Couve. Como Opção de Fruta a Laranja.

3.2.18.Dia 07/08 Sexta Feira:

3.2.18.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão Farofa, Pimenta, Calabresa na Chapa Acebolada, Salada de Alface, Rúcula, Pepino, Cenoura e Beterraba, Batata Rústica Assada, Macarrão Espaguete Alho e óleo com Tomate picado. Ovo Mexido. Como Opção de Fruta a Maçã Vermelha.

3.2.18.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Carne Bovina Desfiada, Salada de Couve, Alface e Tomate, Milho Refogado, Macarrão Penne com Molho Rosé. Ovo Frito. Sopa de Feijão com Bacon e Calabresa. Como Opção de Fruta a Laranja.

3.2.19.Dia 08/08 Sábado:

3.2.19.1.ALMOÇO: Arroz, Feijoada Completa (prato típico), Farofa, Pimenta, Salada de Tomate, Acelga, Rúcula e Laranja em Rodelas, Couve Refogada, Macarrão Espaguete ao Molho Branco. Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Maçã Vermelha.

3.2.19.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Isca de Frango Acebolado na Chapa, Salada de Tomate, Alface, Rúcula, Cebola e Cenoura, Vagem Refogada, Macarrão Parafuso com Molho Vermelho. Omelete de Forno com Queijo. Sopa de Fubá. Como Opção de Fruta a Tangerina.

3.2.20.Dia 09/08 Domingo:

3.2.20.1.ALMOÇO: Arroz, Feijão, Farofa, Pimenta, Churrasco de Carne Bovina na Chapa, Salada de Tomate, Rúcula, Pepino e Beterraba, Cenoura Refogada, Macarrão Espaguete Alho e óleo com Bacon e Calabresa, Ovo Frito. Como Opção de Fruta a Banana.

3.2.20.2.JANTAR: Arroz, Feijão, Feijão, Farofa, Pimenta, Sobrecoxa Assada com Batata, Salada de Tomate, Rúcula, Alface, Cebola, Cenoura e Beterraba, Polenta com Queijo e Bacon, Macarrão Penne com Molho Branco Cremoso, Sopa de Feijão com Batata, Cenoura e Macarrão Espaguete. Ovo Frito. Opção de Fruta a Laranja.

3.2.21.Água e suco gelados (sabores variados) para as refeições deverão ser servidos a vontade, não havendo restrições de quantidade ou vezes em que a pessoa poderá se servir.

3.2.22.A contabilização de cada refeição servida, será feita no momento de retirada da porção de carne com a entrega do ticket.

3.2.23.Prevê-se o fornecimento estimado de 24.000 (vinte e quatro mil) refeições, podendo ocorrer acréscimos ou supressões quantitativas, observado o limite legal previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.24.Caso haja restrições alimentares por componentes de grupos participantes do Festival, a Secretaria entrará em contato com a vencedora do certame para resolução dos problemas apresentados.

3.2.25.Toda a limpeza da Cozinha (inclusive retirada de lixo e o devido descarte), reparo e manutenção do local de preparo dos alimentos é de total responsabilidade da empresa vencedora, assim como a estrutura necessária para a realização dos serviços descritos (equipamentos, utensílios, insumos e botijões de gás de cozinha e GLP para preparo).

3.2.26.Obrigatoriamente todos os materiais deverão ser descartáveis como guardanapos, pratos/bandejas, talheres e copos plásticos para os consumidores se servirem e de total responsabilidade da empresa vencedora do certame.



**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

3.2.27.O vencedor do certame deverá ter um quadro mínimo de funcionários estabelecido pela Secretaria/Comissão para garantir o bom funcionamento dos turnos para preparo das refeições:

3.3.Equipe Mínima de Trabalho para dois turnos – Preparo de Almoço e Jantar:

3.3.1.1 Supervisor Geral Representante da Empresa;

3.3.2.1 Líder no Almoço;

3.3.3.1 Líder no Jantar;

3.3.4.1 Cozinheira para o Almoço;

3.3.5.1 Cozinheira para o Jantar;

3.3.6.3 Auxiliares por turno (toda a parte de preparo dos alimentos, limpeza, louça, organização da cozinha)

3.3.7.2 pessoas para atendimentos nas bancadas por turno;

3.3.8.2 pessoas para a reposição dos alimentos por turno.

3.3.9.A empresa vencedora deve cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações sanitárias federais e estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os procedimentos de manipulação e a qualidade dos alimentos, segundo a legislação vigente.

3.3.10.Ocasionalmente, em razão do cronograma de apresentação dos grupos, os guias responsáveis poderão solicitar o fornecimento de refeições em formato de marmitas. Nestes casos, compete à empresa a responsabilidade integral pela disponibilização de embalagens, talheres, guardanapos e sacolas para o transporte. O quantitativo exato deverá ser comunicado à equipe da cozinha pela Fiscal ou por um representante autorizado da Secretaria.

**3.4.CONTROLE SANITÁRIO E SEGURANÇA ALIMENTAR**

3.4.1.A contratada deverá observar integralmente as normas sanitárias aplicáveis à manipulação, preparo, acondicionamento, transporte, armazenamento e distribuição de alimentos, especialmente as expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, Ministério da Saúde e demais órgãos competentes.

3.4.2. Todos os alimentos deverão ser preparados em condições adequadas de higiene, conservação e controle térmico, responsabilizando-se integralmente a contratada pela qualidade sanitária dos produtos fornecidos.

3.4.3. A fiscalização poderá realizar inspeções a qualquer momento durante a execução contratual, inclusive quanto às condições de armazenamento, temperatura, manipulação, acondicionamento e higienização do ambiente, equipamentos e manipuladores.

**3.5.SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ALIMENTOS IMPRÓPRIOS**

3.5.1.A contratada deverá proceder à substituição imediata de qualquer alimento, preparação, ingrediente, bebida ou insumo que apresente:

3.5.1.1.alteração de odor, sabor, textura, aparência ou temperatura;

3.5.1.2.sinais de deterioração;

3.5.1.3.desconformidade com o cardápio;

3.5.1.4.inadequação sanitária;

3.5.1.5.risco potencial à saúde dos usuários;

3.5.1.6.impropriedade para consumo humano.

**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

3.5.2.A substituição deverá ocorrer imediatamente após determinação da fiscalização, sem qualquer ônus adicional à Administração.

3.5.3.O não atendimento poderá ensejar glosa, aplicação de penalidades contratuais e demais medidas administrativas cabíveis.

**3.6.COLETA E GUARDA DE AMOSTRAS**

3.6.1.A contratada deverá realizar coleta diária de amostras dos alimentos preparados e servidos, observando as normas sanitárias aplicáveis. As amostras deverão:

3.6.1.1.ser identificadas com data, horário e descrição da preparação;

3.6.1.2.permanecer armazenadas em condições adequadas de refrigeração;

3.6.1.3.ser mantidas pelo período mínimo exigido pela legislação sanitária vigente.

3.6.2.As amostras deverão permanecer disponíveis para eventual solicitação da Vigilância Sanitária, fiscalização contratual ou demais órgãos competentes.

**3.7.PROCEDIMENTO EM CASO DE SUSPEITA DE INTOXICAÇÃO ALIMENTAR**

3.7.1.Na hipótese de ocorrência de suspeita de intoxicação alimentar, contaminação ou qualquer evento sanitário relacionado ao fornecimento das refeições, a contratada deverá:

3.7.1.1.comunicar imediatamente a fiscalização contratual;

3.7.1.2.preservar integralmente as amostras dos alimentos envolvidos;

3.7.1.3.disponibilizar todas as informações solicitadas pela Administração ou órgãos sanitários;

3.7.1.4.cooperar integralmente com eventual investigação sanitária;

3.7.1.5.adotar imediatamente medidas corretivas e preventivas para eliminação do risco identificado.

3.7.2.A ocorrência poderá ensejar suspensão cautelar do fornecimento, glosas, sanções administrativas e responsabilização civil, administrativa e penal da contratada, observada a ampla defesa.

**3.8.Local e horário da prestação dos serviços**

3.8.1.Os serviços deverão ser executados no Centro de Convivência do Idoso, próximo ao Recinto do Folclore.

3.8.2.O Almoço deverá ser servido das 10:30 horas às 14:30 horas e o Jantar das 18 horas às 20:30 horas, podendo haver alterações de acordo com a necessidade dos Grupos e da Secretaria.

**3.9.Materiais a serem disponibilizados**

3.9.1.Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar dos seguintes materiais e equipamentos (quantidade mínima estabelecida pela Secretaria para um serviço de excelência):

3.9.2.Montagem de Dois Aparadores (um de cada lado) pra atender toda a demanda;

3.9.3. 2 Pistas Frias ou 2 Balcões Refrigerados;

3.9.4. 2 Pistas Quentes com no mínimo de 12 rechauds para servir toda a parte aquecida;

3.9.5. 2 Refresqueiras Industrial Elétrica ou Suqueiras de Inox (na configuração de duas cubas de no mínimo 25 litros cada);

3.9.6. 1 Chapa;

3.9.7. 2 Fornos Industrias;

3.9.8. 2 Fritadeiras;

3.9.9. 1 Processador;



3.9.10. Liquidificador industrial;

3.9.11. 2 Fogões Industriais;

3.9.12. Todos os utensílios de Cozinha, pegadores, conchas, colheres.

**3.10. SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES E GLP**

3.10.1. Toda a estrutura operacional utilizada pela contratada deverá atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto:

3.10.1.1. às instalações elétricas;

3.10.1.2. às instalações de gás GLP;

3.10.1.3. aos equipamentos de cocção;

3.10.1.4. às condições de ventilação e exaustão;

3.10.1.5. à prevenção e combate a incêndio.

3.10.2. A contratada será integralmente responsável pela segurança operacional da cozinha temporária e dos equipamentos instalados.

3.10.3. As mangueiras, válvulas, reguladores e demais componentes relacionados ao GLP deverão estar dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas técnicas vigentes.

**3.11. Informações relevantes**

3.11.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

3.11.1.1. A futura contratação dos serviços de REFEIÇÕES se dá em razão da necessidade gerada para realização da 62º Festival de Folclore de Olímpia. Todos os anos, a Capital Nacional o Folclore, recebe mais de 50 grupos oriundos de diversos estados do país, num total de mais de 1.200 pessoas que vem a este município apresentar um pouco das manifestações culturais brasileiras e que durante 9 dias de festival participam intensamente deste trabalho de preservação, manutenção e difusão cultural. Como contrapartida, a Estância Turística de Olímpia fornece a esses grupos que se deslocam grandes distâncias, a alimentação e a hospedagem, viabilizando assim a participação dos mesmos neste evento de suma importância nacional.

**3.12. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

3.12.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**3.13. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

3.13.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**3.14. Modelo de gestão do contrato:**

3.14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.14.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.14.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **3.15.Fiscalização:**

3.15.1.O fiscal do contrato deverá acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos materiais, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.15.2.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.15.3.A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.15.4.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **3.16.Gestor do Contrato**

3.16.1.O gestor do contrato deverá acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.16.2.A gestão do observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.16.3.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão e Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1.Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1.O valor total da contratação é de R\$ 00.000,00(Valor por extenso)

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6.CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1.Instrumento de Medição de Resultado – IMR: A avaliação da execução contratual será realizada mediante Instrumento de Medição de Resultado – IMR, destinado à



aferição objetiva da qualidade dos serviços prestados, do cumprimento das obrigações contratuais e da adequação sanitária e operacional do fornecimento das refeições. A fiscalização deverá registrar diariamente as ocorrências verificadas durante a execução dos serviços, podendo utilizar relatórios, registros fotográficos, checklist operacional, aferições por amostragem e demais meios idôneos de comprovação.

#### 6.2. Critérios de Avaliação

| Critério                   | Parâmetro de Verificação   | Peso |
|----------------------------|--|------|
| Pontualidade               | Cumprimento dos horários estabelecidos para início e reposição das refeições                           | 20%  |
| Conformidade do Cardápio   | Atendimento ao cardápio contratado e substituições previamente autorizadas                             | 20%  |
| Qualidade dos Alimentos    | Condições adequadas de preparo, cocção, temperatura, textura e apresentação geral                      | 20%  |
| Higiene e Boas Práticas    | Limpeza do ambiente, utilização de EPIs, manipulação adequada e ausência de irregularidades sanitárias | 25%  |
| Quantidade e Porcionamento | Disponibilidade contínua dos alimentos e atendimento da gramagem mínima da proteína                    | 15%  |

#### 6.3. Sistemática de Avaliação

6.3.1. Cada critério será avaliado diariamente pela fiscalização, nutricionista responsável ou comissão designada, conforme os seguintes níveis de desempenho:

| Conceito              | Descrição   |
|-----------------------|---|
| Adequado              | Serviço executado integralmente conforme exigências contratuais         |
| Parcialmente Adequado | Ocorrência de falhas pontuais sem comprometimento relevante da execução |
| Inadequado            | Descumprimento relevante das obrigações contratuais ou sanitárias       |

#### 6.4. Verificações Operacionais

6.4.1. A fiscalização poderá realizar:

- 6.4.1.1. inspeções presenciais;
- 6.4.1.2. registros fotográficos;
- 6.4.1.3. conferência de temperatura;
- 6.4.1.4. aferição da gramagem da proteína por amostragem;
- 6.4.1.5. verificação do uso de EPIs;
- 6.4.1.6. conferência do cardápio servido;
- 6.4.1.7. avaliação das condições de higiene;
- 6.4.1.8. controle de reposição dos alimentos;
- 6.4.1.9. análise das condições gerais de armazenamento e manipulação.

#### 6.5. Controle de Porcionamento

6.5.1.A contratada deverá disponibilizar balanças digitais em condições regulares de funcionamento para conferência da gramagem mínima da proteína estabelecida contratualmente.

6.5.2.A fiscalização poderá realizar aferições aleatórias durante todo o período de distribuição das refeições.

6.6.Ocorrências Graves

6.6.1.Serão consideradas ocorrências graves, dentre outras:

6.6.1.1.fornecimento de alimento impróprio para consumo;

6.6.1.2.descumprimento de normas sanitárias;

6.6.1.3.ausência de controle térmico adequado;

6.6.1.4.manipulação inadequada de alimentos;

6.6.1.5.ausência de EPIs;

6.6.1.6.contaminação cruzada;

6.6.1.7.insuficiência grave de alimentos;

6.6.1.8.descumprimento reiterado do cardápio;

6.6.1.9.atraso significativo no fornecimento.

6.7.Glosas e Retenções

6.7.1.Poderá haver retenção ou glosa proporcional no pagamento devido à contratada, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, quando verificado descumprimento das obrigações contratuais.

6.7.2.As glosas observarão os seguintes parâmetros:

| Nível da Ocorrência | Faixa de Glosa            |
|---------------------|---------------------------|
| Leve                | até 2% da medição diária  |
| Média               | até 5% da medição diária  |
| Grave               | até 10% da medição diária |

6.7.3.A reincidência de irregularidades poderá ensejar agravamento da glosa, aplicação de penalidades administrativas e eventual rescisão contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

6.7.4.Considera-se ocorrência leve aquela que não comprometa significativamente a execução do serviço ou a segurança alimentar.

6.7.5.Considera-se ocorrência média aquela que comprometa parcialmente a qualidade, regularidade ou eficiência operacional do serviço.

6.7.6.Considera-se ocorrência grave aquela que comprometa a segurança alimentar, a continuidade da execução, a higiene sanitária ou o atendimento adequado aos usuários.

6.7.7.A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de fiscalização, controle e avaliação contratual previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.8.Critérios para Liquidação e Pagamento

6.8.1.A liquidação e o pagamento observarão:

6.8.1.1.efetiva execução dos serviços;

6.8.1.2.conformidade quantitativa;

6.8.1.3.conformidade sanitária;

6.8.1.4.cumprimento dos horários;

6.8.1.5.regularidade documental;



6.8.1.6.resultados apurados no IMR;

6.8.1.7.ateste da fiscalização e gestão contratual.

6.9.PLANILHA DE CONTROLE DE MEDIÇÃO – ALIMENTAÇÃO FEFOL 2026

6.9.1.Esta planilha deve ser utilizada diariamente pela fiscalização para aferir o desempenho da contratada conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.10.REGISTRO DIÁRIO DE AVALIAÇÃO

| DATA           | TURNO                          | PONTUALIDADE (20%)                                | CARDÁPIO (20%)                                    | QUALIDADE (20%)                                   | HIGIENE (25%)                                     | PORCIONAMENTO (15%)                               |
|----------------|--------------------------------|---|---|---|---|---|
| ____/____/2026 | ( )<br>Almoço<br>( )<br>Jantar | [ ] Adequado<br>[ ] Parc. Adeq.<br>[ ] Inadequado | [ ] Adequado<br>[ ] Parc. Adeq.<br>[ ] Inadequado | [ ] Adequado<br>[ ] Parc. Adeq.<br>[ ] Inadequado | [ ] Adequado<br>[ ] Parc. Adeq.<br>[ ] Inadequado | [ ] Adequado<br>[ ] Parc. Adeq.<br>[ ] Inadequado |

6.11.RESUMO DE OCORRÊNCIAS E GLOSAS

| CLASSIFICAÇÃO                | DESCRIÇÃO DA IRREGULARIDADE | GLOSA APLICADA (%) |
|------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| [ ] Leve [ ] Média [ ] Grave |                             | Até ____ %         |

6.12.VERIFICAÇÕES OPERACIONAIS (CHECKLIST)

6.12.1.[ ] Balança digital disponível e calibrada no local.

6.12.2.[ ] Proteína conferida (mínimo 120g).

6.12.3.[ ] Temperatura dos alimentos conferida.

6.12.4.[ ] Equipe com uniformes e EPIs completos.

6.12.5.[ ] Ambiente de servir e cozinha higienizados.

6.12.6.Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_

6.12.7.Assinatura da Contratada: \_\_\_\_\_

**6.13.Do recebimento**

6.13.1.Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 03 (três) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.13.2.O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.13.3.O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.13.4.O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.13.5.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.13.5.1.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.13.5.2.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.13.5.3.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.13.5.4.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.13.5.5.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.13.6.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.13.7.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.13.7.1.Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.13.7.2.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da



despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.13.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.13.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.13.7.5. Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.13.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.13.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.13.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **6.14. Liquidação**

6.14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.14.2.1. o prazo de validade;

6.14.2.2. a data da emissão;

6.14.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.14.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.14.2.5. o valor a pagar; e

6.14.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.5. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

6.14.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

#### **6.15. Prazo de pagamento**

6.15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto nº 9.862, de 14 de Janeiro de 2026.

#### **6.16. Forma de pagamento**

6.16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

6.16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16.3.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **02/06/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.4.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.6.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **8.CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1.São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3.Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6.Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7.Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8.Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1.indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2.fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4.definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5.demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6.prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9.Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (dias);

8.1.12.Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9.CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1.O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e dos estabelecidos em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1.prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2.certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3.certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4.Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6.É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7.O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8.O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9.O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1.A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade ....., em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato.

11.2. Para garantia do fiel adimplemento do presente contrato, a CONTRATADA efetuou em data de ..... de ..... de 202..., uma caução no valor de R\$ ..... (Valor por extenso)

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, determinada pela municipalidade, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV. Multa:**

- (1) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;



**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

- (3) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (4) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- (5) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- (6) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- (7) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- (8) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- (9) **MULTA ESPECÍFICA POR INFRAÇÃO SANITÁRIA**
- (10) Sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas multas específicas entre 2% (dois por cento) e 10% (dez por cento) do valor contratual nos casos de:
  - descumprimento de normas sanitárias;
  - fornecimento de alimento impróprio para consumo;
  - reincidência em irregularidades sanitárias;
  - recusa injustificada de substituição de alimentos;
  - descumprimento das exigências da fiscalização sanitária ou contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento

**Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente**

previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

12.7. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



12.13.Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1.O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2.O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4.Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1.Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2.Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3.Das indenizações e multas.

13.10.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11.O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2.nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Classificação Funcional:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Dotação:

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

17.1. Fica determinado como gestor do contrato a servidora Sra. Graziela de Souza Mendes, Diretora Administrativa, e-mail: gmendes@olimpia.sp.gov.br, telefone: (17) 3281-6415 e para fiscalizar o contrato ficará a cargo da Sra. Natália Bortolan Ritzinger, Chefe do Setor de Fomento e Apoio aos Projetos, e-mail: nbritzinger@olimpia.sp.gov.br, celular/whats: (17) 99767 4843.

17.2. Estes servidores deverão fiscalizar e acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.



### **18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1.Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

### **19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

19.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia como único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

OLÍMPIA, ..... de ..... de 202.....

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL  
SECRETARIA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL  
RAZÃO SOCIAL